

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
Faculdade de Educação – FAE
Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica (LASEB)

Ivoneide Rodrigues das Chagas

**A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NÃO DOCENTES NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ITABIRITO: um estudo sobre as necessidades e desafios
no contexto escolar**

Itabirito
2025

Ivoneide Rodrigues das Chagas

**A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS NÃO DOCENTES
NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ITABIRITO: um estudo sobre as necessidades e
desafios no contexto escolar**

Versão final

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Docência e inclusão escolar: pessoa com deficiência e a prática pedagógica na escola. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista na Educação Básica.

Orientadora: Profa. Bruna Cristina da Silva Hudson.

Itabirito

2025

C433i
TCC

Chagas, Ivoneide Rodrigues das, 1971-

A importância da capacitação de profissionais não docentes na educação especial em Itabirito [manuscrito] : um estudo sobre as necessidades e desafios no contexto escolar / Ivoneide Rodrigues das Chagas. -- Belo Horizonte; Itabirito, 2025.

29 p. : enc., il.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Bruna Cristina da Silva Hudson.

Bibliografia: f. 29.

1. Educação. 2. Educação básica. 3. Educação especial. 4. Educação inclusiva. 5. Inclusão em educação. 6. Escolas -- Administração de pessoal. 7. Escolas -- Pessoal -- Treinamento. 8. Crianças deficientes -- Cuidados. 9. Itabirito (MG) -- Educação.

I. Título. II. Hudson, Bruna Cristina da Silva, 1993-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação para Educação Básica em
Docência

ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO TRÍGÉSIMO SÉTIMO TRABALHO FINAL DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DOCÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A
PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título " **A importância da capacitação dos profissionais não docentes que atuam na Educação Especial:** um estudo sobre as necessidades e desafios no contexto escolar de Itabirito", do(a) aluno(a) **Ivoneide Rodrigues Chagas da Cruz**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Bruna Cristina da Silva Hudson (orientador) e Bruna Caroline Morato Israel. Os trabalhos iniciaram-se às 8h30, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho Aprovado. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte, 12 de julho de 2025.

Aluno(a)

Ivoneide Rodrigues Chagas
Ivoneide Rodrigues Chagas da Cruz

Registro na UFMG: 2024694335

Bruna Cristina da Silva Hudson
Profa. Ms. Bruna Cristina da Silva Hudson
Orientador(a)

Bruna Caroline Morato Israel
Profa. Ms. Bruna Caroline Morato Israel
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Luciana Gomes da Luz Silva

Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação em Docência para Educação Básica

AGRADECIMENTOS

Toda honra e toda glória eu entrego a Deus, que me sustentou com força, sabedoria e foco durante essa jornada.

À minha família, meu pilar e minha inspiração diária, obrigada por cada gesto de amor e incentivo.

À Prefeitura Municipal de Itabirito, deixo meu reconhecimento pelo compromisso com a formação de professores mais preparados e conscientes.

À Aparecida Nascimento por compartilhar conhecimentos, pela dedicação e incentivo.

E aos professores do curso, mestres que iluminaram o caminho com conhecimento e entusiasmo, minha eterna gratidão.

RESUMO

Este trabalho tem como foco a importância da capacitação dos profissionais não docentes — como porteiros, cozinheiras, monitoras e auxiliares de serviços gerais — na implementação da inclusão escolar. O objetivo geral foi investigar a compreensão desses profissionais em relação à atenção destinada aos alunos da Educação Especial. O estudo buscou compreender como percebem sua atuação junto aos alunos com deficiências, identificar os desafios enfrentados e as necessidades de conhecimentos, aprimoramentos e habilidades no contexto da prática educacional. Para tanto, foi utilizada como metodologia a aplicação de um questionário com profissionais não docentes atuantes no ambiente escolar. Os resultados indicaram que, embora esses trabalhadores convivam diariamente com os alunos e demonstrem sensibilidade e disposição para contribuir com a inclusão, ainda não recebem formação adequada para lidar com a diversidade no contexto escolar. Essa lacuna evidencia a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais que promovam formação continuada acessível e alinhada à realidade da escola. Conclui-se que capacitar os profissionais não docentes é essencial para fortalecer uma cultura de inclusão, respeito e pertencimento reconhecendo todos os membros da comunidade escolar como agentes educativos e fundamentais para a efetivação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: . Formação continuada; inclusão escolar; profissionais não docentes.

ABSTRACT

This study focuses on the importance of training non-teaching staff—such as gatekeepers, cooks, monitors, and general service assistants—in the implementation of school inclusion. The main objective was to investigate these professionals' understanding of the care provided to students in Special Education. The study aimed to understand how they perceive their role in relation to students with disabilities, identify the challenges they face, and recognize their needs for knowledge, improvement, and skills within the educational setting. A questionnaire was applied to non-teaching staff working in schools as the methodological approach. The results showed that, although these workers interact daily with students and demonstrate sensitivity and willingness to contribute to inclusion, they still lack adequate training to deal with diversity in the school context. This gap highlights the need for public policies and institutional practices that promote ongoing training accessible and aligned with the reality of schools. It is concluded that training non-teaching professionals is essential to strengthen a culture of inclusion, respect, and belonging, recognizing all school community members as educational agents who are fundamental to building a truly inclusive school.

Keywords: Continuing education; school inclusion; non-teaching profession.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Função dos participantes da pesquisa	22
Tabela 2 – Escolas que os participantes atuam no município de Itabirito	22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo de atuação na escola.....	23
Gráfico 2 - Função na escola	24
Gráfico 3 - Participação em alguma capacitação sobre inclusão escolar	24
Gráfico 4 - Autoavaliação do conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência..	25
Gráfico 5 - Percepção sobre a existência de recursos suficientes para garantir a inclusão escolar.....	25
Gráfico 6 - Opinião dos profissionais não docentes sobre a necessidade de capacitação para lidar com alunos com deficiência.....	26
Gráfico 7 - Percepção dos profissionais não docentes sobre a existência de recursos suficientes na escola para garantir a inclusão	26
Gráfico 8 - Percepção dos profissionais não docentes sobre o comprometimento da escola com a inclusão e oferta de recursos necessários	27
Gráfico 9 - Tópicos considerados essenciais para uma capacitação em inclusão pelos profissionais não docentes.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS

APASC – Associação para o Sorriso da Criança

CDPD - Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

OMS - Organização Mundial da Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 Objetivo Geral	13
2.2 Objetivos Específicos	13
3 JUSTIFICATIVA.....	14
4 DESENVOLVIMENTO	17
4.1 A Educação inclusiva e os modelos de deficiência.....	17
4.2 A Importância dos profissionais não docentes no contexto inclusivo	18
4.3 A importância da colaboração interdisciplinar	18
4.4 Capacitação: Um Compromisso Coletivo	19
5 METODOLOGIA	21
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é um princípio fundamental na educação, visando garantir que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade. No entanto, a implementação efetiva da inclusão requer que todos os profissionais da escola estejam preparados para atender às diversidades dos alunos.

Incluir no ambiente escolar vai além das práticas pedagógicas conduzidas pelos professores em sala de aula. Ela envolve a atuação de todos os profissionais que compõem o espaço escolar, incluindo porteiros, cozinheiras, monitoras, e funcionários dos serviços gerais. Esses profissionais, que muitas vezes são os primeiros a interagir com os alunos no cotidiano, têm um papel fundamental na criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, contribuindo para o desenvolvimento integral de todos os estudantes. No entanto, para que possam desempenhar esse papel com eficácia, é essencial que recebam capacitação adequada que os prepare para compreender e lidar com a diversidade presente na escola.

A ausência de formação específica para esses profissionais pode limitar suas possibilidades de atuação e gerar situações de exclusão, mesmo que de forma não intencional. Por exemplo, um porteiro que não compreende as necessidades de um aluno com deficiência pode, sem saber, dificultar o acesso desse aluno a determinados espaços, enquanto uma cozinheira não capacitada para adaptar refeições pode criar barreiras à participação plena de alunos com restrições alimentares. Capacitar esses profissionais, portanto, é uma estratégia crucial para garantir que todos na escola compreendam e respeitem as particularidades de cada estudante, contribuindo para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e acolhedora.

Este trabalho busca, então, investigar as necessidades e desafios enfrentados por esses profissionais no contexto da educação inclusiva, bem como avaliar como a capacitação pode contribuir para superar tais obstáculos. Além de promover uma reflexão sobre o papel de cada integrante da comunidade escolar na inclusão, este estudo pretende evidenciar que a formação continuada e inclusiva para todos os profissionais da escola é essencial para o sucesso das políticas de inclusão. A análise das experiências e das percepções desses profissionais é um passo fundamental para que a inclusão se consolide de maneira efetiva e humanizada, transformando a escola em um espaço onde todos possam se desenvolver com igualdade e dignidade.

O objeto desta pesquisa é a compreensão sobre a percepção de profissionais não docentes na escola, que inclui porteiros, cozinheiras, monitoras e funcionários de serviços gerais, e seu impacto na implementação da inclusão escolar. A investigação busca compreender

as necessidades específicas e os desafios enfrentados por esses profissionais na prática educacional, bem como analisar como a formação continuada e o desenvolvimento de competências, podem contribuir para a efetivação de uma educação inclusiva. A pesquisa pretende, ainda, explorar a percepção desses profissionais sobre sua função no ambiente escolar e como sua atuação pode influenciar a experiência educacional de alunos com necessidades especiais e a dinâmica da comunidade escolar como um todo.

Nesse contexto, o objeto de pesquisa é a capacitação dos profissionais não docentes e sua contribuição para a implementação da inclusão nas escolas, considerando as exigências práticas do ambiente escolar e o papel que esses trabalhadores exercem na construção de uma cultura de respeito, acolhimento e pertencimento.

A hipótese que norteia este estudo é que a falta de formação e conscientização desses profissionais pode perpetuar práticas excludentes, mesmo em instituições que se propõem inclusivas. A convivência cotidiana com os alunos não é suficiente para garantir uma atuação efetiva na promoção da inclusão se não houver políticas de formação continuada que articulem teoria e prática, considerando a realidade escolar e valorizando todos os agentes que compõem a comunidade educativa.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar a compreensão dos profissionais não docentes da escola diante da atenção com alunos da Educação Especial.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender os modelos da deficiência;
- b) Identificar habilidades e conhecimentos para os profissionais não docentes atuarem de forma inclusiva;
- c) Discutir a importância da capacitação dos colaboradores da escola.

3 JUSTIFICATIVA

Eu, Ivoneide Rodrigues Chagas Da Cruz, deficiente visual, portadora de catarata congênita no lado esquerdo, durante minha vida, seja ela acadêmica, profissional ou pessoal diversas vezes enfrentei intempérios e dificuldades, muitas por preconceito e também pela falta de políticas públicas de inclusão, por falta de vivência dos professores\colaboradores escolares com pessoas com deficiência.

Ter experienciado tais fatores ainda que inconscientemente me trouxe para próximo de alunos nos quais cuidados especiais eram requeridos, talvez por um instinto protetor para que o preconceito e a falta de informação não causem tantos danos aos que puder ter contato, assim podendo mesmo que em pequena escala contribuir para o desenvolvimento e auxiliando os alunos para que desenvolvam e aprimorem suas individualidades.

Venho de família humilde, e durante a vida para acompanhar meu pai durante sua jornada de trabalho, por vezes tivemos que nos mudar, até que por fim em 1992 chegamos em Itabirito. Antes disto passamos por Araguari, Guadalupe, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, passagem esta que ainda aos 17 anos após finalizar os estudos e sem condição de fazer uma faculdade ingressei em um curso de contabilidade, para de certa forma me capacitar para o mercado de trabalho que viria a seguir. Assim, passei anos trabalhando no comércio, trabalhei em lojas, armazéns e por fim no supermercado onde passei sete anos, e iniciando como repositora, ao fim desempenhava a função de auxiliar de gerência.

Em 2001 tive meu primeiro filho, e a partir deste momento optei por me dedicar inteiramente a educação e manutenção da minha família. Neste tempo no qual estava em atividades do lar diversas vezes me via parada pensando na possibilidade de retornar ao mercado de trabalho, porém, queria me capacitar para isto. Assim, iniciei em 2011 um curso técnico em magistério, porém em 2012 fui mãe pela segunda vez, mas desta vez dedicada e empenhada a também estudar e me capacitar.

Formei em meados de 2013. Alguns anos se passaram e o desejo de concluir uma graduação ainda estava ali, assim iniciei a graduação em pedagogia. Por consequência do curso, tive a oportunidade de ingressar em sala de aula pela primeira vez em 2018, graças a um processo de estágio remunerado, no qual dentro de sala pude ter contato pela primeira vez com crianças com deficiências no dia a dia da escola. Iniciei a graduação em Pedagogia, assim completando uma lacuna para futuramente poder estar em uma sala de aula repassando os conhecimentos a mim apresentados. No período no qual estava estagiando pude ter contato com crianças com deficiência e me encantei pela forma singela de como abordá-las.

No dia a dia pude observar as falhas no nosso sistema de aprendizado dessas crianças, que por muitas vezes por falta de conhecimento e por abordagens não inclusivas, pode-se causar um afastamento e uma dificuldade de aprendizado enorme para os tais. Por isso, é necessário, junto da equipe pedagógica, criar planejamos e métodos para poder pouco a pouco destacar a individualidade de cada aluno. Pude estar presente na escola até o fim do meu curso, tendo esta experiência agregado de forma imensurável o meu currículo e as minhas experiências.

Após o período mencionado anteriormente, fui aprovada no processo seletivo da prefeitura para o cargo de monitora e, posteriormente, ingressei no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Darcy Efigênia, onde permaneço até os dias atuais. Atuo como apoio, auxiliando na rotina das atividades diárias. Por já ter uma certa experiência com crianças com deficiência, continuo acompanhando de perto aquelas que demandam maior atenção. Além disso, colaboro com a professora da sala na realização das atividades pedagógicas cotidianas.

Hoje, já formada, desejo continuar atuando nessa área que, ao me proporcionar contato direto e constante com as crianças, despertou em mim uma verdadeira paixão pela vocação que descobri e abracei. Tenho o desejo de me especializar para, com os conhecimentos adquiridos ao longo dessa trajetória e com as experiências vividas junto às pessoas com quem pude aprender e colaborar, ter mais propriedade e preparo para lidar com diferentes situações. Quero estar apta a atender tanto crianças que necessitam de cuidados e práticas específicas, organizadas a partir de um cronograma e de muita dedicação, para que possam desenvolver plenamente suas potencialidades quanto alunos que não apresentam necessidades especiais, contribuindo para que todos avancem em seu processo de aprendizagem e tenham êxito não apenas durante o período em que estiverem sob minha responsabilidade, mas ao longo de toda a vida.

A educação inclusiva tem como princípio fundamental garantir que todos os alunos, independentemente de suas características, sejam acolhidos, respeitados e apoiados em seu desenvolvimento pleno dentro do ambiente escolar. No entanto, o sucesso da inclusão escolar exige mais do que apenas mudanças estruturais ou curriculares: é indispensável a capacitação de todos os profissionais da escola.

No contexto da inclusão, é necessário compreender a diferença entre inclusão e Educação Especial. Enquanto a Educação Especial se destina a oferecer suporte especializado aos alunos com deficiência ou outras necessidades específicas, a inclusão busca integrar esses alunos em turmas regulares, garantindo-lhes acesso a um ambiente de aprendizado equitativo e inclusivo. Para que essa inclusão aconteça de maneira eficaz, é imprescindível que todos os profissionais não docentes da escola – porteiros, cozinheiras, monitoras e funcionários de

serviços gerais, - estejam preparados para lidar com a diversidade e promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Portanto, o presente estudo busca investigar as demandas e desafios enfrentados pelos profissionais não docentes das escolas na implementação da inclusão, destacando a importância da formação específica e interdisciplinar como ferramenta essencial para a construção de uma escola que valorize e respeite a singularidade de cada indivíduo. Dessa forma, contribui-se para a promoção de um ambiente que não apenas atenda às exigências legais da inclusão, mas também favoreça o desenvolvimento pleno de todos os envolvidos no processo educacional.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 A Educação inclusiva e os modelos de deficiência

Ao longo do tempo, a compreensão da deficiência passou por importantes transformações. O modelo social trouxe avanços ao mostrar que o problema não está nas limitações do indivíduo, mas nas barreiras impostas pela sociedade. No entanto, como explica Luana Adriano Araújo (2021), o modelo de direitos humanos aprofunda essa visão e amplia o olhar para as dimensões éticas, subjetivas e jurídicas da experiência com a deficiência.

Uma das principais diferenças está na base de valores: enquanto o modelo social denuncia a exclusão, o modelo de direitos humanos se apoia na dignidade de toda pessoa, independentemente de suas capacidades. Ele também amplia a ideia de direitos — não apenas civis e políticos, mas também econômicos, sociais e culturais, reconhecendo que viver com dignidade exige acesso a todos os aspectos da vida.

Outro ponto importante é a valorização da experiência vivida. O modelo de direitos humanos entende que, além das barreiras sociais, existem dores, afetos e necessidades que precisam ser acolhidos. Ele também propõe uma visão mais humana da igualdade, baseada na interdependência: ninguém é totalmente autônomo, e todos, em algum momento, precisam de cuidado.

Diferente do modelo social, que pouco trata da capacidade jurídica, o modelo de direitos humanos defende que todas as pessoas têm o direito de participar das decisões sobre suas vidas, sem exigência de “capacidade” prévia. E, por fim, esse modelo conta com o respaldo de uma convenção internacional — a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD — que estabelece padrões legais para garantir esses direitos em escala global. Mais do que uma mudança teórica, trata-se de uma virada de sensibilidade: olhar para a deficiência com respeito, escuta e compromisso com a justiça (Araújo, 2021).

A educação inclusiva fundamenta-se na ideia de que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, possuem o direito de aprender juntos em um ambiente que valorize a diversidade. Segundo Diniz (2007), o modelo médico, por exemplo, enfatiza as limitações intrínsecas ao indivíduo, frequentemente gerando práticas excludentes que priorizam intervenções para “corrigir” deficiências.

Já o modelo social desloca o foco para as barreiras impostas pela sociedade, como preconceitos e falta de acessibilidade, responsabilizando o contexto por muitas das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência. No entanto, a adoção de um modelo biopsicossocial, defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio da Classificação Internacional

de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), reconhece que a deficiência é o resultado da interação entre aspectos individuais (físicos, mentais e emocionais) e fatores contextuais (ambientais e sociais). Diante disso, a inclusão passa a ser compreendida como uma construção coletiva, que requer não apenas o reconhecimento das singularidades dos sujeitos, mas também a eliminação das barreiras sociais e estruturais que impedem sua plena participação.

4.2 A Importância dos profissionais não docentes no contexto inclusivo

Os profissionais não docentes, muitas vezes negligenciados nas políticas de formação continuada, desempenham papéis cruciais na implementação da inclusão escolar e é importante a necessidade de uma abordagem coletiva e integrada no ambiente escolar, em que todos os envolvidos – desde porteiros, merendeiras, monitoras até os profissionais da limpeza – participem ativamente da construção de uma escola inclusiva.

A inclusão não se restringe ao ambiente da sala de aula; ela se concretiza em todos os espaços da escola, como corredores, refeitórios, pátios e áreas de convivência. Para que esse processo seja efetivo, é fundamental que os profissionais não docentes estejam sensibilizados e capacitados para lidar com as diversas situações que envolvem crianças com deficiência, reconhecendo suas singularidades, promovendo a autonomia e assegurando condições de participação e pertencimento. De acordo com Mantoan (2021), a escola inclusiva exige uma transformação nas relações interpessoais e institucionais, em que todos os envolvidos no cotidiano escolar – independentemente de sua função – compreendam a inclusão como uma responsabilidade coletiva e contínua.

Sasaki (2010) também enfatiza que a inclusão requer uma mudança cultural na instituição escolar, o que inclui o compromisso e a formação de todos os membros da equipe. Profissionais não docentes bem preparados contribuem significativamente para um ambiente mais acolhedor e seguro, onde os alunos com deficiência se sintam pertencentes e respeitados em sua individualidade.

A formação continuada deve, portanto, considerar todos os atores do cotidiano escolar, promovendo momentos de reflexão, escuta e aprendizado sobre diversidade, acessibilidade e práticas inclusivas. Quando esses profissionais compreendem seu papel na promoção da inclusão, tornam-se agentes fundamentais na superação de barreiras atitudinais e na construção de uma escola mais justa e equitativa.

4.3 A importância da colaboração interdisciplinar

A inclusão é um processo coletivo que requer a articulação entre diferentes profissionais

e setores da escola. Para Oliveira (2010, p. 65), “o trabalho colaborativo entre professores, gestores e funcionários de apoio é a base para a construção de uma escola inclusiva”. Esse trabalho integrado permite que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma holística, garantindo um ambiente acolhedor e equitativo. Portanto, reconhecer o papel essencial de cada profissional – desde o porteiro até os responsáveis pelos serviços gerais – evidencia que a inclusão é um esforço coletivo que vai além das práticas pedagógicas e abrange todas as dimensões da vivência escolar. Essa compreensão está alinhada à perspectiva da educação inclusiva como um direito de todos, conforme defendido por Mantoan (2021), que destaca a importância da cultura da colaboração para romper com modelos excludentes e hierárquicos ainda presentes nas instituições escolares.

A colaboração interdisciplinar também favorece a construção de um olhar mais ampliado sobre as necessidades das crianças, uma vez que cada profissional pode contribuir com experiências, saberes e percepções diferentes sobre o cotidiano escolar. Ainscow e Booth (2011), ao proporem o Índice de Inclusão, reforçam que a participação de todos os membros da comunidade escolar é fundamental para identificar barreiras à aprendizagem e à participação, bem como para planejar ações inclusivas com base em valores democráticos e solidários.

Além disso, a construção de redes colaborativas dentro e fora da escola – envolvendo profissionais da saúde, assistência social e psicologia, por exemplo – fortalece a capacidade da escola de responder às demandas complexas dos estudantes da educação especial. Segundo Nóvoa (2009), é preciso superar a ideia de que o professor deve agir isoladamente e avançar para uma cultura de trabalho em equipe, com espaços institucionais para escuta, planejamento e reflexão conjunta.

Em suma, a colaboração interdisciplinar constitui um dos pilares da inclusão escolar, pois promove a corresponsabilidade entre os profissionais, amplia as possibilidades de intervenção e valoriza a diversidade como elemento constitutivo da prática educativa.

4.4 Capacitação: Um Compromisso Coletivo

A formação continuada para todos os profissionais da escola é uma estratégia central para a consolidação da educação inclusiva. De acordo com Lima e Souza (2021, p. 78), “a capacitação deve ir além da simples transferência de informações, promovendo mudanças atitudinais e o desenvolvimento de práticas baseadas no respeito à diversidade”.

A formação continuada de profissionais no contexto da educação inclusiva deve abranger uma diversidade de tópicos que possibilitem a construção de um ambiente escolar

verdadeiramente acolhedor e equitativo. Um dos pontos fundamentais é o estudo da legislação vigente e dos direitos das pessoas com deficiência, com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que orienta práticas inclusivas e assegura os direitos educacionais desse público.

Outro aspecto essencial é a capacitação voltada para a identificação e eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais que dificultam a plena participação dos alunos no ambiente escolar. Essa abordagem permite que os profissionais desenvolvam ações concretas que promovam acessibilidade física, curricular e social, alinhadas às demandas da diversidade.

Além disso, é indispensável que a formação contemple a compreensão do papel específico de cada profissional no processo de inclusão, desde professores até funcionários de apoio, como porteiros, cantineiros e serviços gerais. Isso fortalece o senso de corresponsabilidade e promove uma atuação integrada e colaborativa entre todos os membros da comunidade escolar.

Por fim, a capacitação deve investir no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia e comunicação assertiva, que são indispensáveis para lidar com a complexidade das relações interpessoais no contexto da inclusão. Essas competências ampliam a capacidade dos profissionais de estabelecer vínculos positivos, respeitar as singularidades de cada aluno e construir um ambiente mais humanizado e acolhedor.

5 METODOLOGIA

O presente estudo utiliza uma abordagem quantitativa, foi utilizada como metodologia a aplicação de um questionário com profissionais não docentes atuantes em escolas municipais como (porteiros, cozinheiras, monitoras e funcionários dos serviços gerais) no processo da inclusão dos alunos da educação especial.

O questionário foi escolhido como principal instrumento de coleta de dados por permitir a obtenção de informações objetivas de um número amostral de participantes, viabilizando uma análise representativa das opiniões desses profissionais.

Segundo Gil (2002), o questionário é um instrumento de coleta de dados composto por um conjunto de perguntas que devem ser respondidas por escrito, sem a interferência direta do pesquisador. Essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas sociais por permitir a obtenção de informações padronizadas junto a um grande número de participantes, garantindo maior objetividade e possibilitando a análise quantitativa dos dados coletados.

O questionário foi respondido por doze profissionais não docentes de escolas de educação infantil que possuem estudantes da Educação Especial na rede municipal de Itabirito.

A coleta de dados foi realizada utilizando o *Google Forms*, uma ferramenta digital que permite o desenvolvimento de questionários de maneira prática, dinâmica e acessível.

A seguir, seguem os resultados e discussões das respostas obtidas em articulação com o referencial teórico deste artigo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas obtidas por meio do questionário aplicado com ênfase nos profissionais não docentes alinhou-se ao tema deste trabalho: a importância da capacitação para profissionais não docentes na implementação da inclusão tem como objetivo compreender como esses profissionais percebem a importância da capacitação, quais desafios enfrentam e quais são suas necessidades formativas.

A tabela a seguir exibe qual a função do participante na escola e a quantidade de respondentes.

Tabela 1 – Função dos participantes da pesquisa

Função na escola	Quantidade
Porteiro	02
Monitores	04
Cozinheiras	04
Serviços gerais	05
Inspetor de aluno	02
Servente escolar	05

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

As respostas obtidas por meio do questionário aplicado foram de grande relevância para este estudo, pois possibilitaram compreender as percepções, experiências e desafios enfrentados no cotidiano escolar em relação à inclusão de crianças da educação especial.

A seguir, a tabela 2 aponta em qual escola os profissionais atuam na rede de Itabirito:

Tabela 2 – Escolas que os participantes atuam no município de Itabirito

CMEI APASC
CMEI Pequeno Cidadão
CMEI Darcy Efigênci da Cruz Pereira
CMEI Zileea Zenith Rodrigues Baeta
Escola Municipal Vó Dote

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

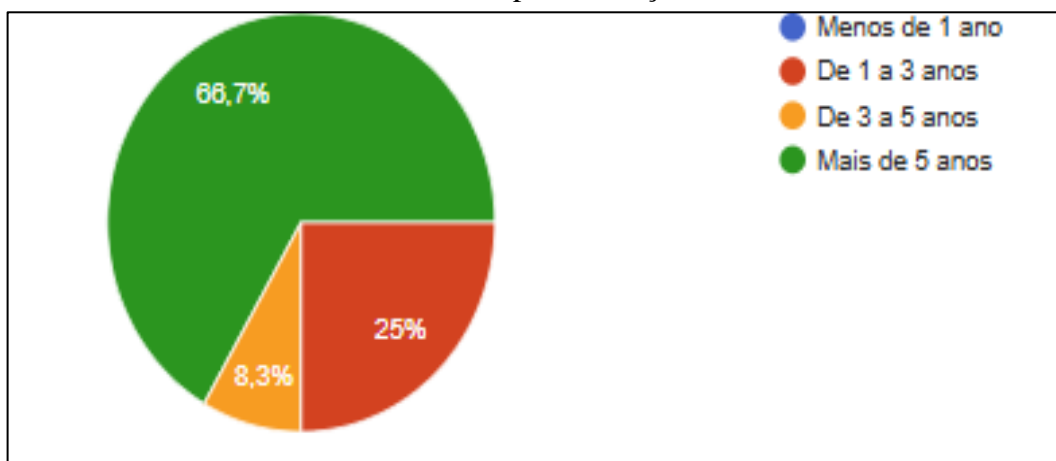
As escolas citadas na tabela 2 atendem crianças de 0 a 4 anos, incluindo alunos com deficiências na educação infantil. A escola municipal Vó Dote oferece além da educação infantil o ensino fundamental do primeiro ao quinto ano.

A finalidade deste tópico é analisar o nível de conhecimento dos profissionais não docentes possuem sobre os direitos das pessoas com deficiência, a fim de compreender em que medida esse saber está presente no cotidiano escolar e como ele impacta a construção de práticas inclusivas.

Ao identificar o grau de familiaridade dos participantes com esses direitos, o estudo busca evidenciar a importância da formação continuada como estratégia para fortalecer esse conhecimento e promover uma atuação mais consciente, ética e comprometida com a inclusão, conforme defendido por Mantoan (2003).

Pr sua vez, o gráfico 1 indica o tempo de trabalho dos profissionais na escola, notou-se que a maioria dos participantes possuem uma experiência de mais de cinco anos de atuação na escola que estão inseridos. O tempo de atuação dos profissionais não docentes na área educacional é fator relevante no contexto da inclusão escolar, pois está diretamente relacionado à experiência acumulada no convívio com a diversidade presente no ambiente escolar.

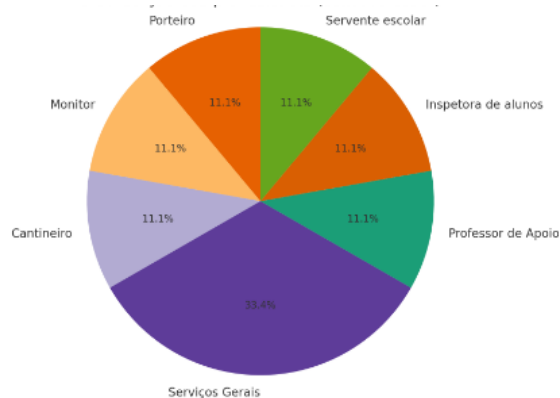
Gráfico 1 – Tempo de atuação na escola



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

Por sua vez, o gráfico 2 indica a função as quais os profissionais não docentes atuam nas escolas.

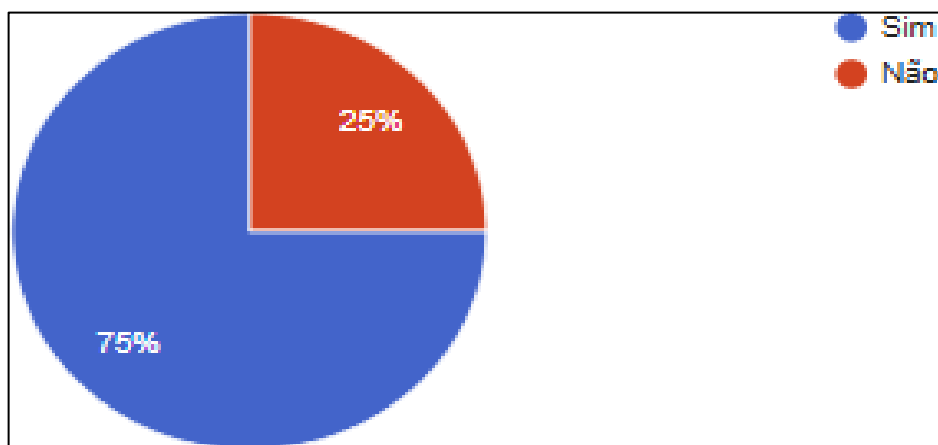
Gráfico 2 – Função na escola



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

O Gráfico 3 representa as percepções sobre inclusão escolar, permitindo identificar o nível de preparação dos profissionais das escolas. Importante ressaltar que um nível alto de profissionais participou de capacitações o que pode levar às estratégias para avaliar a efetividade das políticas formativas existentes e para planejar intervenções que realmente fortaleçam a atuação inclusiva dos profissionais no cotidiano escolar.

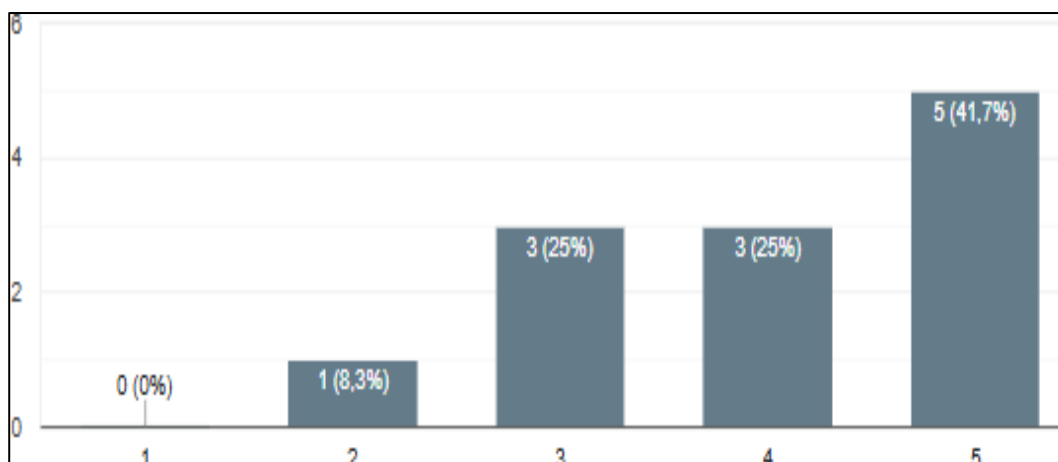
Gráfico 3 – Participação em alguma capacitação sobre inclusão escolar



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

O gráfico 4 apresenta os dados obtidos a partir da pergunta: “Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 equivalente a pouco conhecimento e 5 a muito conhecimento, como você avalia o seu conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência?”. Essa questão identifica a percepção dos próprios profissionais não docentes quanto ao seu nível de conhecimento sobre esse tema essencial para a promoção de práticas inclusivas no ambiente escolar.

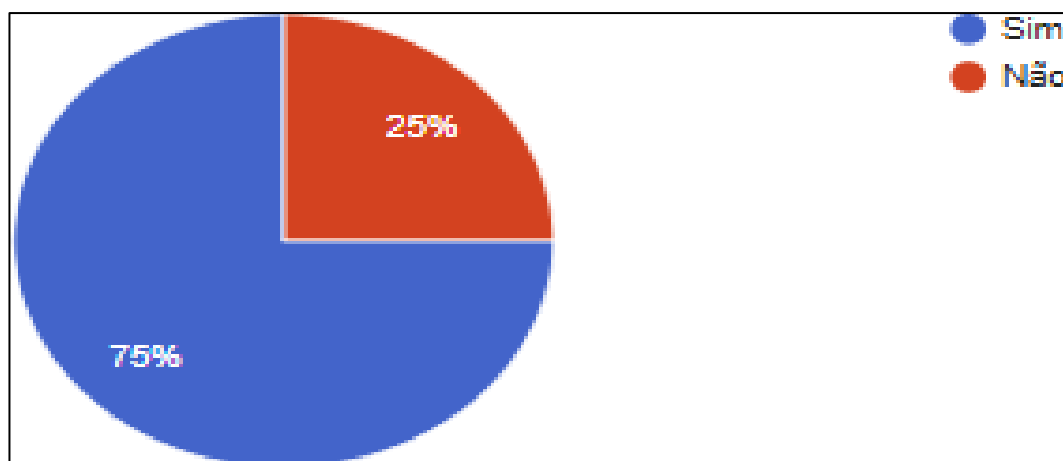
Gráfico 4 - Autoavaliação do conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

Gráfico 5 buscou compreender a percepção dos profissionais não docentes quanto à infraestrutura e aos meios disponíveis para assegurar o atendimento adequado às crianças com deficiência.

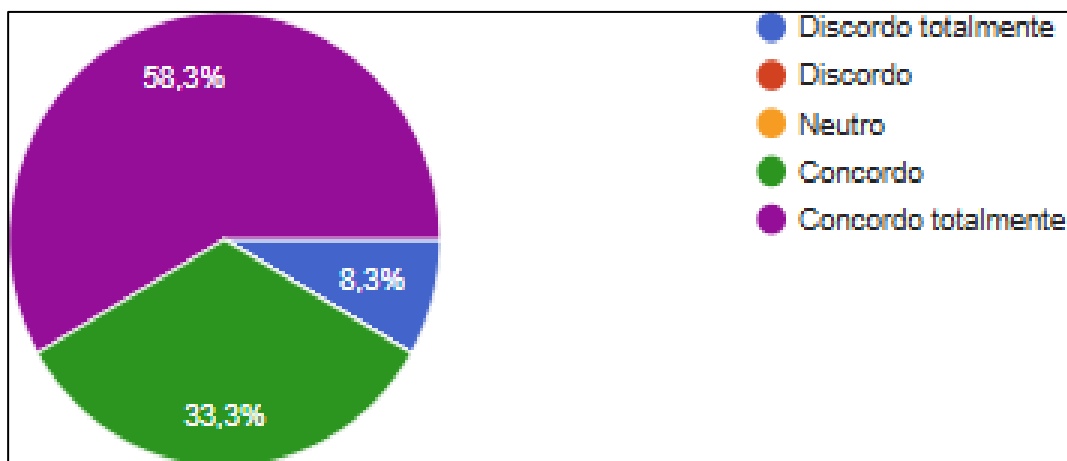
Gráfico 5 - Percepção sobre a existência de recursos suficientes para garantir a inclusão escolar



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

O Gráfico 6 indica o grau de concordância dos profissionais não docentes sobre a importância da formação de toda a equipe escolar para a efetivação de uma educação inclusiva; o entendimento de que a inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor regente, mas sim um compromisso coletivo, que exige formação continuada e sensível para todos que atuam no ambiente escolar, especialmente os profissionais que estão diretamente envolvidos no cuidado e acompanhamento cotidiano das crianças com deficiência.

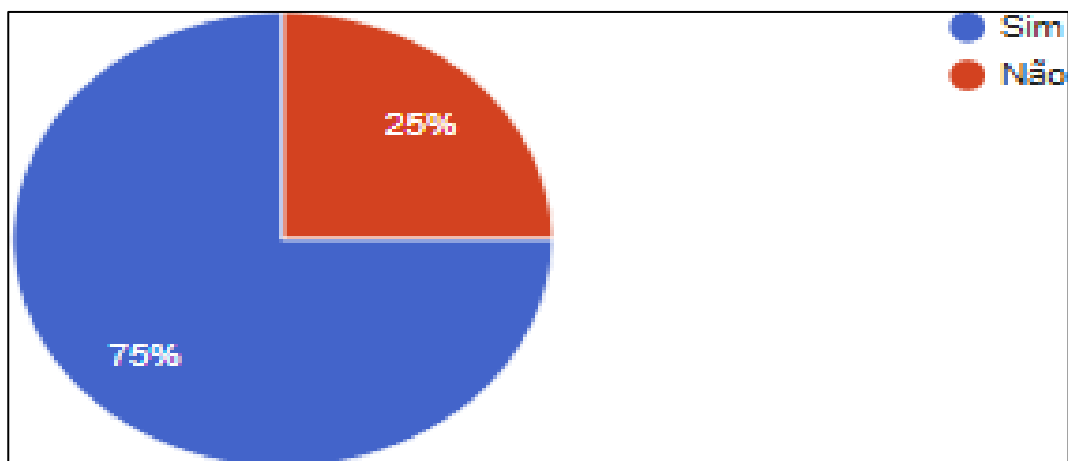
Gráfico 6 - Opinião dos profissionais não docentes sobre a necessidade de capacitação para lidar com alunos com deficiência



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

O gráfico 7 indica a percepção desses trabalhadores quanto às condições estruturais e materiais disponibilizadas pelas instituições para atender adequadamente às demandas das crianças com deficiência. A dualidade reforça a importância de não apenas disponibilizar recursos, mas também garantir sua acessibilidade, adequação e uso efetivo no cotidiano escolar.

Gráfico 7 - Percepção dos profissionais não docentes sobre a existência de recursos suficientes na escola para garantir a inclusão

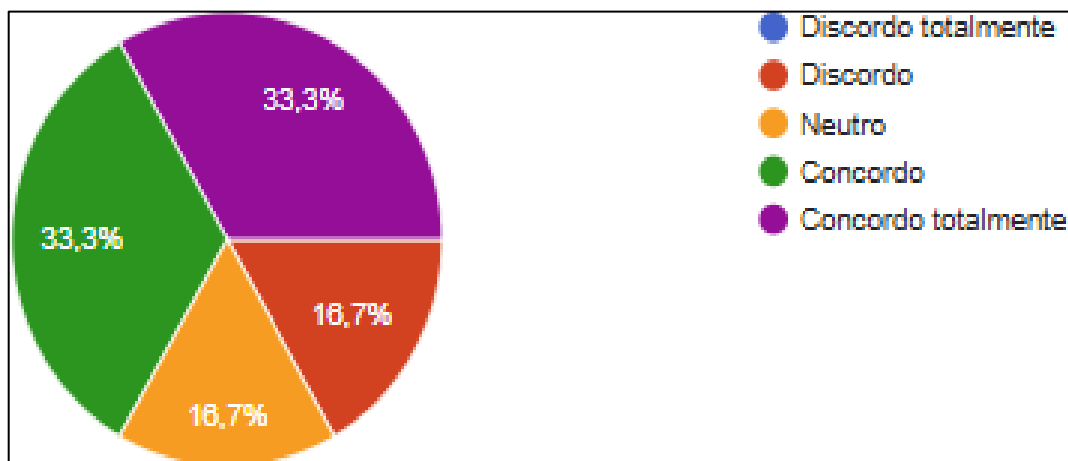


Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

O Gráfico 8 indica a percepção dos profissionais não docentes em relação ao comprometimento da escola com a inclusão de alunos com deficiência, considerando a oferta de recursos necessários para esse processo. Embora a maioria perceba um esforço institucional em direção à inclusão, ainda existe um número considerável de profissionais que não reconhecem esse compromisso de forma clara, o que pode estar relacionado à ausência de ações

práticas ou à insuficiência de recursos no cotidiano escolar.

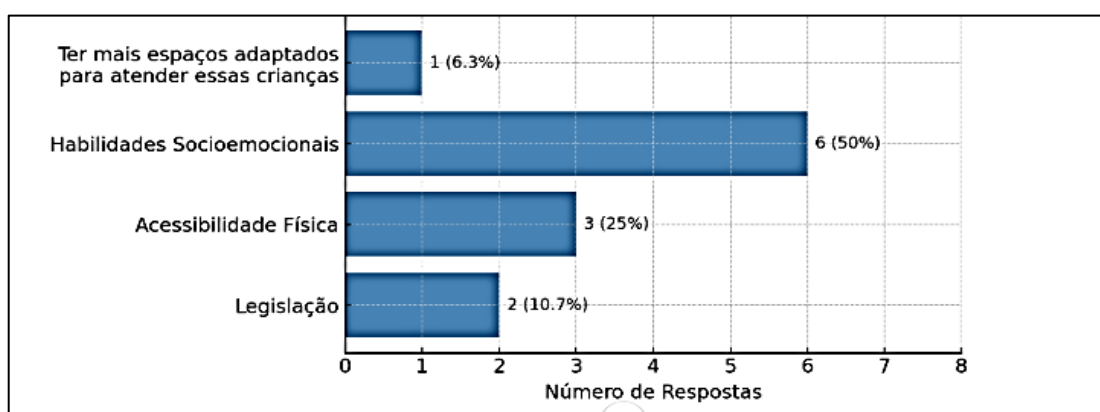
Gráfico 8 - Percepção dos profissionais não docentes sobre o comprometimento da escola com a inclusão e oferta de recursos necessários



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

Por último, o gráfico 9 indica que os profissionais reconhecem a importância de um preparo prático e sensível às necessidades dos alunos com deficiência, com ênfase nas práticas pedagógicas que favoreçam a participação e o aprendizado de todos, refletindo a urgência de formações mais alinhadas ao cotidiano escolar inclusivo.

Gráfico 9 – Tópicos considerados essenciais para uma capacitação em inclusão pelos profissionais não docentes



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2025).

Este tópico apresenta as barreiras observadas à inclusão escolar. Em uma análise qualitativa das respostas abertas referente à pergunta “em sua rotina, quais barreiras você observa que podem prejudicar a inclusão escolar?”, revela uma diversidade de percepções entre os participantes sobre os fatores que dificultam a inclusão escolar em suas rotinas.

Os dados apresentados no gráfico revelam os aspectos apontados pelos profissionais como prioritários para a formação voltada à inclusão escolar. Entre os itens destacados, observa-se que 50% dos participantes consideram as habilidades socioemocionais como fundamentais para o atendimento adequado às crianças com deficiência. Em seguida, 25% indicam a acessibilidade física como um ponto relevante a ser trabalhado, evidenciando a importância de um ambiente acessível para garantir o pleno acesso e participação desses alunos.

A legislação foi mencionada por 10,7% dos respondentes, o que demonstra a necessidade de ampliar o conhecimento sobre os direitos das pessoas com deficiência e as responsabilidades institucionais. Por fim, 6,3% apontaram a necessidade de ter mais espaços adaptados para atender essas crianças, indicando uma demanda por infraestrutura mais inclusiva nas unidades escolares.

Os relatos reforçam a percepção de que a inclusão não se limita à presença física do estudante com deficiência na escola, mas requer ações formativas, estruturais e atitudinais que garantam a efetiva participação e aprendizagem de todos. Conforme aponta uma das respostas: “A inclusão só está na escola, porque muitos não adaptam, mesmo com atividades adaptadas. Falta de alguns recursos pedagógicos”.

Essas percepções evidenciam a complexidade dos desafios enfrentados na promoção da inclusão escolar, ressaltando a importância de investimento em capacitação para profissionais não docentes e adaptações metodológicas como elementos essenciais para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

De modo geral, a análise dos resultados revela que, embora a maioria dos profissionais não docentes reconheça que a escola possui recursos para promover a inclusão, ainda há muitos desafios a serem enfrentados no cotidiano. As respostas indicam que aspectos como a necessidade de formação continuada, a escassez de profissionais capacitados, a dificuldade de adaptação às necessidades específicas dos alunos e a falta de diálogo entre os envolvidos no processo educacional são pontos críticos.

Por fim, também foi possível perceber que habilidades socioemocionais são considerados essenciais para uma formação mais efetiva. As contribuições nas questões abertas reforçam que a inclusão não depende apenas da presença física do aluno com deficiência na escola, mas de um compromisso coletivo, estrutural e humano. Assim, os dados demonstram que embora exista um esforço real, a inclusão escolar ainda é um processo em construção, que requer investimento, sensibilidade, formação contínua e articulação entre diferentes setores para se tornar, de fato, efetiva e significativa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender a percepção dos profissionais não docentes — como porteiros, cozinheiras, monitoras e auxiliares de serviços gerais — em sua atuação junto aos alunos da Educação Especial, investigando de que forma a capacitação pode contribuir para a implementação da inclusão escolar, considerando as necessidades e desafios enfrentados.

Ao longo do estudo, ficou evidente que, embora haja uma valorização crescente da inclusão nas políticas educacionais, ainda persiste um distanciamento entre os princípios legais e a realidade vivida no cotidiano escolar. Os dados obtidos por meio do questionário revelaram que a maioria dos profissionais reconhece a importância da inclusão e se mostra aberta a aprender, mas também apontam lacunas significativas em sua formação e apoio institucional para atuar de forma inclusiva.

A análise das respostas demonstrou que muitos desses profissionais enfrentam desafios como a falta de formação específica, ausência de comunicação entre os setores da escola, preconceitos implícitos e limitações estruturais que dificultam a prática da inclusão. Além disso, constatou-se que esses trabalhadores muitas vezes não se veem como parte ativa do processo educativo, o que reforça a invisibilidade de sua contribuição para o desenvolvimento integral dos alunos.

Neste sentido, a capacitação contínua e específica para os profissionais não docentes surge como um elemento essencial para a efetivação da inclusão escolar. Mais do que uma exigência técnica, a formação deve ser compreendida como um direito desses trabalhadores e como um compromisso ético das instituições educacionais. Uma formação que valorize suas experiências, promova o diálogo interdisciplinar e ofereça instrumentos práticos para lidar com a diversidade pode transformar sua atuação, tornando a escola um espaço verdadeiramente inclusivo e acolhedor.

Além disso, a pesquisa destaca a importância de reconhecer que a inclusão não é responsabilidade apenas dos professores e especialistas, mas de toda a comunidade escolar. Todos os profissionais, independentemente de sua função, devem estar preparados para acolher, apoiar e respeitar as singularidades de cada aluno. Somente assim será possível consolidar uma cultura de inclusão que vá além da legislação e se manifeste nas ações cotidianas de cuidado, convivência e respeito mútuo.

Por fim, este estudo contribui para ampliar a discussão sobre o papel dos profissionais não docentes na inclusão escolar, apontando caminhos para políticas públicas e práticas escolares que considerem esses trabalhadores como sujeitos fundamentais no processo educativo. O fortalecimento da inclusão depende, sobretudo, do reconhecimento de que todos, em seus diferentes lugares de atuação, têm algo a contribuir para uma escola mais justa, igualitária e humanizada.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel; BOOTH, Tony. **Índice de inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Tradução de D. Rodrigues. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2011.

ARAÚJO, Luana Adriano. **Do social ao de direitos humanos**: modelos de deficiência em disputa. In: JANNUZZI, Gilberta (org.). Deficiência e direitos: reflexões para uma prática transformadora. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. p. 85-104.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 18 jul. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2007.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Ensino e inclusão**: a construção do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Educação inclusiva**: novos desafios educacionais. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A escolarização de alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC, 2006. p. 37-54.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA-F, Júlia; ARAÚJO, Sandra. Formação de profissionais para a educação inclusiva: desafios e possibilidades. In: GÓIS, Carmen (org.). **Educação inclusiva**: dos princípios à prática pedagógica. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 135-150.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF**. Genebra: OMS, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.